

Artigo: "Governo aprimora mecanismos de auditoria e fiscalização"

Conheça em detalhes uma lei que ajuda em muito no combate à malversação do dinheiro público. Quem explica é o professor e auditor Marcos Nóbrega. (Página 10)



Editorial	Pág. 2
Calendário Contábil	Pág. 4
Exame de Suficiência	Pág. 8
Projeção do PIB 2001	Pág. 8



JORNAL DO CFC

ANO 4, Nº 35, MARÇO DE 2001

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Governo aprova Certificado de Gestão Responsável elaborado pelo CFC

A idéia do Conselho Federal de Contabilidade de premiar os gestores que melhor aplicarem a Lei de Responsabilidade Fiscal fez sucesso nos órgãos do governo responsáveis pela economia brasileira. Tanto isto é verdade que o ministro Martus Tavares, do Planejamento, aceitou, com elogios, lançar o Certificado de Gestão Responsável conjuntamente ainda neste primeiro semestre.

A data ainda não está marcada, mas o ministro Martus Tavares e o presidente do CFC, José Serafim Abrantes, em audiência realizada no final do mês passado em Brasília, já fizeram uma análise do regulamento do Certificado de Gestão. O regulamento final deverá ser apresentado antes do final deste mês de março.

Ainda nesta linha de trabalho, o CFC formou mais 28 instrutores do Guia LRF fácil, em seminário realizado em sua sede, em Brasília, no dia 20 de fevereiro.

O Conselho espera formar 200 instrutores até o final do mês de abril. A divulgação do lançamento do Certificado de Gestão junto aos meios de comunicação do país obteve sucesso.

(Página 3)



O ministro Martus Tavares conversa com os contadores José Serafim Abrantes e Daniel Salgueiro da Silva



Depois de elogiar o Guia LRF fácil durante o debate promovido pela TV Senado, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimenta o presidente do CFC, José Serafim Abrantes. O debate foi gravado e mostrado pela TV Senado para todo o país.

(Página 3)

Cognitor: uma nova profissão chega ao Brasil

Surge uma nova profissão no horizonte do contabilista. É o conceito de "Cognitor", explicado com detalhes na entrevista com o contador Irineu De Mula e na reportagem sobre o assunto. O presidente do CFC, José Serafim Abrantes, também dá sua opinião sobre o Cognitor. Este novo profissional vai ser o elo de ligação entre as diversas áreas do conhecimento; terá de ser uma pessoa muito bem informada e, periodicamente, será obrigada a fazer cursos de reciclagem nas áreas em que estiver atuando.

Já existe até uma associação fundada por contadores de várias regiões do planeta que está organizando os princípios desta nova profissão.

(Páginas 5 e 6)



Receita Federal já tem tudo pronto para quebrar o sigilo bancário de contribuintes suspeitos de envolvimento em fraudes. Mas o Supremo Tribunal Federal ainda vai decidir se a Receita pode ou não fazer isto. A regulamentação que faltava para a Receita entrar em ação já está pronta. (Página 8)

Veja ainda:

- Inadimplência cresce acima do normal para esta época do ano. (Página 4)
- CFC também ajuda nas investigações da CPI da Nike. (Página 9)
- Governo investe pesado em programa de desburocratização. (Página 9)
- Seminário de Fiscalização orienta os Conselhos Regionais. (Página 11)

CFC EDITORIAL

Governo Federal apóia nossas idéias e sugestões

> José Serafim Abrantes *

Começamos muito bem o novo milênio. Esta edição do **Jornal do CFC** vai dar ao leitor uma visão bastante otimista tanto do presente quanto do futuro da profissão contábil.

Tivemos uma audiência muito produtiva com o ministro do Planejamento, Martus Tavares, que, mais uma vez, deu total apoio e demonstração de confiança absoluta no trabalho desenvolvido pelo CFC em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Juntos, governo federal e o Conselho Federal de Contabilidade vão lançar, ainda neste primeiro semestre, o Certificado de Gestão Responsável, criação do CFC.

Ao mesmo tempo, o CFC realizou em Brasília, na nossa sede, outro seminário para formar instrutores da LRF, que reuniu 28 contabilistas de diversas regiões do país.

Outra grande notícia que o **Jornal do CFC** dá em detalhes para o seu leitor: assinamos o quinto convênio para implantação de curso de pós-graduação, desta vez em Belém-PA, junto com a Universidade Nacional da Amazônia (UNAMA). Mais uma vez, a FEA-USP nos deu total apoio ao nosso programa de Educação Continuada.

Esta turma de Belém terá 25 alunos, que vão estudar durante 36 meses. Com este, sobe para 5 o número de convênios firmados entre USP e CFC/CRCs. Já existem turmas trabalhando em Cuiabá,



Florianópolis, Fortaleza e Belo Horizonte.

E, por fim, uma excelente novidade; a chegada ao Brasil do conceito “Cognitor”, esta nova profissão ligada à Contabilidade que está encantando profissionais europeus, africanos, norte-americanos e canadenses. O contador/auditor Irineu De Mula, nosso companheiro paulista, em entrevista a este jornal, sintetiza com muita clareza os objetivos desta nova profissão, que vai exigir do contabilista a conquista de novos conhecimentos.

Esperamos que o ano continue assim, melhorando a cada mês que passa. Uma boa leitura.

CFC CARTAS

PROTESTOS

“Quero expressar o meu repúdio com relação à coluna publicada na revista Veja, pág. 123, de 14.02.2001. A imprensa deve ter liberdade de expressão, mas precisa ser punida com severidade quando a generaliza, prejudicando uma categoria que tem a maior dedicação e procura disseminar a prática do cumprimento de todas as normas legais que são editadas diariamente. Se esse senhor tem algum problema pessoal com um contador ou uma empresa de contabilidade, que se limite a puni-la individualmente e jamais generalizar para toda a classe.

Aguardarei, confiante de que esse Conselho tomará as medidas cabíveis para esse senhor recomendar filmagens de falcatrua na classe que é especialista nisso.

**Ido Rony de Moura,
CRC/DF 41505/T/0”.**

“Estupefato, deparo-me com artigo publicado na revista Veja de 14.02.2001, na página 123, onde o escritor Diogo Mainardi, tratando de cinema, afirma que o “submundo brasileiro está escondido nos escritórios dos contadores...”, e considera que os crimes praticados pelos contadores contra o patrimônio são maiores e mais prejudiciais à sociedade que os dos piratas, dos traficantes, etc.

Solicito a gentileza de estudar a viabilidade de exigir retratação por parte da Veja e do articulista.

**João Amaral de Medeiros,
Contador - DF 005485/O-1”.**

RESPOSTA À VEJA

O Conselho Federal de Contabilidade, por intermédio de seu presidente, contador José Serafim Abrantes, fez publicar na edição de 21 de fevereiro da revista Veja a seguinte resposta ao artigo do jornalista Diogo Mainardi:

“Foi com surpresa e desapontamento que constatamos em artigo do Sr. Diogo Mainardi, publicado na edição de 14 de fevereiro dessa revista, uma citação desabonadora a respeito da atividade contábil no Brasil. Vimos, portanto, esclarecer que é atribuição básica do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) fiscalizar o exercício da profissão contábil, tendo esse Conselho, inclusive, poderes para cancelar o registro de profissionais incompetentes e/ou desonestos, o que será feito, prontamente, sempre que os fatos justificarem tal atitude.

A luta contra a corrupção, a sonegação fiscal e pela transparência nas administrações pública e privada é bandeira desse Conselho desde a sua fundação há 55 anos. Consideramos a citação feita pelo Sr. Diogo Mainardi uma generalização grosseira, já que, infelizmente, profissionais de caráter duvidoso não são exclusividade de nenhuma profissão ou atividade humana em particular.

**José Serafim Abrantes
Presidente do CFC”**

CFC EXPEDIENTE

JORNAL DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC
BRASÍLIA - DF
ANO 4 - NÚMERO 35 - MARÇO DE 2001

Presidência

Presidente
José Serafim Abrantes

Vice-presidente de Administração
Delza Teixeira Lema

Vice-presidente Operacional
José Martônio Alves Coelho

Vice-presidente de Controle Interno
Daniel Salgueiro da Silva

Vice-presidente de Registro e Fiscalização
Alcedino Gomes Barbosa

Vice-presidente Técnico
Olivio Koliver

Conselheiros Efetivos

Contador Alcedino Gomes Barbosa
Contador Antonio Carlos Morais da Silva
Contador Daniel Salgueiro da Silva
Contadora Delza Teixeira Lema
Contador Dorgival Benjoino da Silva
Contador José Martônio Alves Coelho
Contador José Serafim Abrantes
Contador Olivio Koliver
Contador Raimundo Neto de Carvalho
Contador Washington Maia Fernandes
Téc. Cont. Gil Nazareno Losso
Téc. Cont. Marta Maria Ferreira Arakaki
Téc. Cont. Mauro Manoel Nóbrega
Téc. Cont. Paulo Viana Nunes
Téc. Cont. Waldemar Ponte Dura

Conselheiros Suplentes

Contador Edilton José da Rocha
Contador Francisco de Assis Azevedo Guerra
Contador Gastão Brock
Contador João Batista Lobato
Contador Jomar da Silva Marques
Contador José Antonio de Godoy
Contador Liduino Cunha
Contadora Maria do Socorro Bezerra Mateus
Contador Solindo Medeiros e Silva
Contadora Verônica Cunha de Souto Maior
Téc. Cont. Edeno Teodoro Tostes
Téc. Cont. Gaitano Laertes P. Antonaccio
Téc. Cont. José Augusto Costa Sobrinho
Téc. Cont. Luilson Gomes da Silva
Téc. Cont. Windson Luiz da Silva

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC
TEL: (61) 314-9600 - FAX: (61) 322-2033
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF
Endereço eletrônico: www.cfc.org.br
E-mail: cfc@cfc.org.br

JORNAL DO CFC

SUPERVISÃO EDITORIAL: AP Video Comunicação Ltda.
JORNALISTA RESPONSÁVEL: Marccio W. Varella -
MTb 108/2/20
PROJETO GRÁFICO: Anagraphia Design
E-mail: comsocial@cfc.org.br
Brasília-DF
Ano 4 - Número 35
Março de 2001
Tiragem: 23.000 exemplares

CFC LRF

CFC e Governo lançam Certificado de Gestão Responsável

O presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, e o ministro do Planejamento, Martus Tavares, fizeram uma análise do regulamento do Certificado de Gestão Responsável, que está em fase de elaboração e estará pronto até o dia 30 de março.

O encontro foi realizado no gabinete do ministro Martus Tavares no dia 21 do mês passado.

O Certificado foi idealizado em parceria com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, para premiar os gestores públicos (prefeitos e governadores) que melhor desempenho apresentarem dentro dos

princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal. O regulamento será submetido ao ministro Martus Tavares para apreciação e sugestões. Os critérios para concessão do prêmio foram retirados da Lei de Responsabilidade Fiscal e todos os gestores que atenderem à 70% dos critérios vão receber o certificado. A primeira premiação deve acontecer no final deste ano. Desde o ano passado, o Ministério do Planejamento tem dado amplo apoio à todas as iniciativas do CFC que visam estimular o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. A parceria nasceu em julho de 2000, quando do lançamento do Guia Contábil da Lei de

Responsabilidade Fiscal, obra de referência para os profissionais de contabilidade das prefeituras e para os próprios gestores públicos.

O Guia já está na terceira edição e mais de 40 mil exemplares foram distribuídos, gratuitamente, inclusive para as mais de 5 mil prefeituras de todo o país.



O ministro Martus Tavares conversa com o presidente do CFC, José Serafim Abrantes, sobre o regulamento do Certificado

CFC SEMINÁRIO

CFC forma mais 28 instrutores do Guia LRF fácil

Vinte e oito novos instrutores do Guia da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF fácil) já estão prontos para formar multiplicadores nas outras regiões do país.

Eles participaram de seminário realizado no último dia 20 de fevereiro na sede do CFC, em Brasília.

Com estes, o número total de instrutores formados até agora pelo CFC chegou a 80. O Conselho espera formar entre 150 e 200 instrutores até o final deste mês de abril.

No seminário realizado em Brasília, os instrutores foram orientados pela economista e assessora de Economia do Ministério do Planejamento, Selene Perez Nunes; e pelo contador e analista de finanças e controle da Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Fazenda, José Antônio Meyer.



Aula para instrutores do Guia da LRF

CFC DEBATE

Senador Eduardo Suplicy elogia Guia editado pelo CFC

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi tema de debate entre o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contador José Serafim Abrantes, e o senador pelo PT de São Paulo, Eduardo Suplicy. O debate teve a duração de 40

minutos, foi mediado pelo jornalista Maurício Melo Júnior e exibido entre os dias 13 e 18 de fevereiro.

Durante o programa, o senador Eduardo Suplicy elogiou a iniciativa do Conselho Federal de Contabilidade de

editar o Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para o senador, iniciativas como essa podem ajudar os prefeitos recém-eleitos na tarefa de se adequarem às exigências da LRF. Suplicy ressaltou ainda a importância de se levar em conta o fato de os novos prefeitos terem herdado dívidas de seus antecessores, o que vai significar uma dificuldade adicional no cumprimento de todas as exigências da lei.

O presidente do CFC concordou com a ponderação do senador Suplicy, mas afirmou que, embora o processo seja doloroso, o ajuste é plenamente possível e mais do que necessário.

O senador petista também destacou a questão social. Segundo ele, o ajuste das contas não pode comprometer projetos que atendam diretamente à comunidade. “É preciso ter responsabilidade fiscal sem perder de

vista o social”, defendeu o parlamentar. O presidente Serafim Abrantes afirmou que é exatamente o cuidado com as contas públicas e o controle sobre o gasto que vai mudar, para melhor, o quadro social no país. O presidente do CFC aproveitou para destacar, ainda, a importância de projetos como o da renda mínima de autoria do próprio senador Eduardo Suplicy.

O Programa de Incentivo ao Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal do CFC também foi tema da discussão. José Serafim Abrantes aproveitou o espaço para falar de iniciativas como o treinamento de multiplicadores da LRF e sobre o Certificado de Gestão Responsável, prêmio que o CFC vai conferir aos gestores públicos que melhor desempenho apresentarem dentro das exigências da nova lei.



Debate na TV Senado entre o presidente do CFC e o senador Suplicy

CFC NOTÍCIAS CONTÁBEIS

Prazo de entrega da GIDEC

Por meio da Instrução Normativa nº 07/2001 de 06.02.2001 – SEFAZ, foi aprovado o programa gerador da Guia Informativa de Documentos Fiscais Emitidos ou Cancelados (GIDEC).

A referida IN disciplinou que, a partir da competência de janeiro de 2001, a GIDEC deverá ser entregue, exclusivamente, em meio magnético (disquete) em qualquer Núcleo de Execução (NEXAT), ou por meio do

SefazNET até o dia 10 do mês subsequente ao da emissão dos documentos.

Excepcionalmente nos meses de janeiro e fevereiro de 2001, a GIDEC deverá ser entregue no período de 20 a 30 de março de 2001.

O programa gerador da GIDEC já está disponível nos NEXATs ou no endereço eletrônico www.sefaz.ce.gov.br desde o dia 1º de março de 2001.

Calendário contábil

Rio de Janeiro - Os Conselhos Regionais de Contabilidade das regiões Sul/Sudeste realizaram nos últimos dias 8 e 9 deste mês o II Encontro das Mulheres Contabilistas. O encontro aconteceu em Búzios, no Rio de Janeiro, e reuniu profissionais de todo o país para debater o seguinte tema: “A Mulher Contabilista e o seu Capital Intelectual”.

Rio Claro - A Universidade de Rio Claro (UNICLAR) realiza nos dias 17 a 18 de maio deste ano, em Rio Claro (SP), o I Fórum de Estudos Contábeis. O objetivo do encontro será debater os novos caminhos da Contabilidade em um cenário de mudanças sociais e tecnológicas. As inscrições para participação do Fórum e as instruções para o envio de trabalhos são gratuitas e estão disponíveis no endereço eletrônico <http://contabil.claretianas.com.br>.

Campinas – Conferência do professor Antônio Lopes de Sá vai abrir o I Encontro de Contabilistas, Estudantes e Empresários da Contabilidade de Campinas e Região (SP) nos dias 22 e 23 deste mês de março, no Centro de Convenções do Hotel Nacional Inn. O encontro será realizado pelo CRCSP. Mais informações pelo telefone (19) 3251-8366/6874.

Brasília - No mês de março deste ano, o Conselho Federal de Contabilidade vai realizar Reuniões das Câmaras nos dias 21 e 22, entre 9 horas e 18 horas.

A Reunião Plenária do CFC está marcada para o dia 22, a partir das 13 horas. **A plenária continua** no dia 23 a partir das 9 horas, prolongando-se até as 12 horas.

Horário de verão

A economia geral de energia com o horário de verão, que em fevereiro superou a previsão inicial, ficam em 1,2%, ou 478.800 MW/h. A estimativa do governo, no decreto que instituiu o horário de verão no final do ano passado, era de

uma economia de 0,9%, ou a redução de 436.905 MW/h. No entanto, a redução de 5% na demanda por energia no horário de ponta (18h às 21h) ficou abaixo da expectativa inicial do governo, que era de redução de 5,54%.

Entrega da DCTF

A Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) de empresas e pessoas jurídicas relativa ao quarto trimestre do ano passado deve ser entregue à Receita Federal até o próximo dia 15 de fevereiro. Para o primeiro trimestre deste ano, a entrega pode ser feita até o dia 15 de maio.

A DCTF deve ser apresentada ainda pelas empresas excluídas do Simples e também por aquelas que perderam a condição de isentas do pagamento de tributos. A exigência não vale para as micro e pequenas empresas enquadradas no Simples, bem como para as pessoas jurídicas imunes e isentas, cujo valor mensal de impostos e contribuições a declarar seja inferior a R\$ 10 mil.

A DCTF relativa ao 4º trimestre de 2000, que teve o prazo de apresentação vencido em fevereiro, poderá, em 2002, ser gerada pelo programa DCTF 1.0, aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 34, de 04.03.99, salvo se contiver informações relativas a fatos geradores ocorridos a partir do primeiro trimestre de 2001.

A DCTF relativa ao 1º trimestre de 2001, a ser apresentada até o dia 15 de maio de 2001, ou aquela que contiver informações relativas a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2001, deverá ser apresentada com a utilização do programa DCTF 1.1, que está disponível para cópia no site www.receita.fazenda.gov.br.

Novo serviço postal

Com a parceria firmada entre a Petrobras Distribuidora e a Varig, será possível despachar encomendas para qualquer lugar do mundo nos postos de

combustível da companhia e lojas BR Mania. O serviço deverá estar em funcionamento dentro de 60 dias, por meio de franquias e de encomendas pré-pagas.

CFC CONJUNTURA

Inadimplência cresce acima do esperado

Levantamento realizado pela SCI/Equifax sobre a inadimplência registrada no país, durante o mês de janeiro, mostrou crescimento acima do normal para a época em alguns dos indicadores. É o caso do volume de títulos protestados (473.090), que teve elevação de 7,3%, e dos cheques devolvidos (2.789.931), que subiram 10,4%, ambos em comparação a dezembro passado.

Para Walter Belik, assessor econômico da SCI/Equifax e responsável pela análise dos indicadores, muitos consumidores não estão conseguindo honrar seus cheques pré-datados, o que provocou elevação no número de cheques devolvidos – só de pessoas físicas – de 36,2% no comparativo com janeiro de 2000.

Para as devoluções de cheques empresariais houve crescimento de 24,8%. “Algumas empresas fizeram estoques aguardando um grande aumento de vendas no final do ano e não chegaram a realizar os negócios esperados, agora enfrentam, ainda, o aumento da inadimplência por parte de seus clientes”, afirma.

DEVAGAR - As expectativas para o último trimestre de 2000 – proporcionadas pelo aumento nos níveis de emprego e aquecimento da atividade econômica – permitiam vislumbrar uma melhora na situação de consumidores e empresas.

Para Belik, os resultados apurados em janeiro mostraram que as previsões otimistas não

estão se concretizando, pelo menos não tão rapidamente como se esperava.

Ele afirma, no entanto, que uma parte importante do crescimento das vendas foi sustentado pela expansão do crédito – o qual se estima que em 2000 tenha ficado na casa dos 30% – e que o consumidor final tenha se beneficiado desse maior volume de recursos.

OUTROS INDICADORES - Além da influência provocada pela instabilidade da situação internacional nos juros para a captação de recursos externos, Belik observa que os juros na ponta do consumidor ou do tomador estão se reduzindo em menor velocidade que o previsto.

– “Tendo em vista que a

inadimplência ainda continua elevada é possível que essa queda nas taxas de juros seja interrompida, de maneira que os credores venham a se proteger do maior risco existente no mercado”. Outros indicadores – a apuração dos demais indicadores demonstra que ainda não é possível falar em recuperação plena da economia com esse recente aumento de inadimplência constatado.

O número de concordatas requeridas em janeiro passado (20) ficou estável enquanto os deferimentos de concordatas (18) aumentaram 12,5%, na relação com janeiro de 2000. As falências requeridas (1.274) registraram crescimento de 43,5% e as falências decretadas (322) subiram 22,9%.

Profissão contábil deve trabalhar com estratégia e novos conhecimentos

“O Cognitor é o profissional que faz a ligação entre as diversas áreas do conhecimento”. (Irineu De Mula)

“Usar o conhecimento de forma estratégica”. É assim que o contador/auditor Irineu De Mula define a nova profissão do mundo dos negócios que está surgindo principalmente na Europa e Estados Unidos e que agora começa a interessar aos brasileiros.

Ser Cognitor, ou Conhecedor, na visão de Irineu De Mula, significa abrir portas para a profissão contábil. Os contadores, avalia o contador/auditor há 38 anos da Price Waterhouse Cooper e presidente do CRCSP em 1998/99, não devem ter medo de se engajar neste novo conceito profissional.

Nesta entrevista exclusiva ao **Jornal do CFC**, Irineu De Mula explicou o significado e a importância do Cognitor:

Jornal do CFC – Como surgiu o “Cognitor”?

IDM – Várias profissões, entre elas a nossa, exigem uma necessidade muito grande de conhecimento. Isto é, a pessoa tem que saber mais do que a própria profissão. Não existe no mundo contador que se preze que não tenha bons conhecimentos de economia, administração, direito comercial, direito tributário. Podemos dizer que existe uma invasão de áreas separadas. O “Cognitor” é o profissional que faz essa ligação entre as diversas áreas do conhecimento.

Jornal do CFC – Qual o principal obstáculo para o contador brasileiro assumir esta nova profissão e lutar por ela?

IDM – Este novo conceito de trabalho abriu para nós contadores um caminho profissional que não podemos ter medo de enfrentar. E por que não devemos ter medo? Porque vamos ser muito mais competentes do que somos hoje. Vão surgir oportunidades maravilhosas de fazer coisas que jamais imaginamos que fôssemos capazes de fazê-las com tanta competência.

Jornal do CFC – O “Cognitor” teria de se especializar em Engenharia, por exemplo, se fosse convidado a resolver um determinado problema de uma empresa de construção civil?

IDM – Não podemos desconsiderar o apoio de outras profissões. É claro que um assessor, ou “Cognitor”, precisa ter muitos conhecimentos. Mas se eu precisar de um engenheiro para me dar suporte no trabalho que estou desenvolvendo numa determinada empresa, é claro que vou pedir ajuda de um engenheiro. Já vi muitos exemplos no exterior de empresas de contadores que ganharam uma expressão tão grande que, nessa multidisciplinariedade, acabaram tendo de

incorporar até biólogos para ajudá-los, como para fazer auditoria de meio-ambiente. Não temos de ter medo de contratar esses profissionais, pois vamos transformar as recomendações deles em números, em Contabilidade, que é o meu trabalho.

É o das auditorias que precisam contratar advogados e economistas que vão nos falar das possibilidades de perda de uma empresa, por exemplo, mas quem vai dizer de quanto será a receita, a despesa, os lucros, enfim, seremos nós, contadores.



Jornal do CFC – O programa de Educação Continuada do CFC pode ajudar o “Cognitor”?

IDM – Não só pode ajudar como vai ser fundamental para fazer com que este futuro novo profissional tenha uma visão universal não só da sua profissão mas do mundo dos negócios como um todo. Atualmente, coordeno a Câmara de Desenvolvimento Profissional do CRCSP, e temos como nossos principais objetivos o Exame de Suficiência e a Educação Continuada. Sentimos que o leque de necessidade de conhecimento do contabilista é muito grande. Numa tradição ao pé da letra, o “Cognitor”, ou Conhecedor, tem que saber como resolver o problema da empresa. Por isso, quanto mais conhecimentos ele tiver, melhor. Ele tem que saber buscar a ajuda de outros profissionais quando for necessário. Na verdade, ele é um solucionador de problemas. Quanto mais cursos ele tiver, quanto mais graduado for, melhor para ele

e para o seu cliente.

Jornal do CFC – Esta nova profissão está entrando no Brasil por onde?

IDM – Está iniciando por São Paulo, mas o fato de ter nascido lá fora é só um detalhe, pois temos de admitir que temos muito pouca pesquisa aqui no Brasil. De qualquer forma, o conceito “Cognitor” já está sendo discutido nas reuniões do Comitê dos Contadores de Língua Latina (CILEA), no IFAC e agora pelo Conselho Federal de Contabilidade, que, por sinal, está, mais uma vez, de parabéns. Mais

IDM – Esses novos profissionais deverão ter a capacidade de proporcionar uma compreensão estratégica dos negócios que venha a complementar os conhecimentos já existentes. Esta profissão vai dar ênfase à integração desses conhecimentos, necessária para atender a pessoas e negócios na economia moderna, hoje fortemente fundada na velocidade e na utilização multidisciplinar de informações. Esta iniciativa tem o objetivo, portanto, de criar uma designação profissional moderna, de objetivo global e focalizada na integração de conhecimentos que criam valores econômicos.

Jornal do CFC – De quanto vai ser o investimento mundial na criação desta nova profissão?

IDM – A implementação do conceito “Cognitor” teve início há quase dois anos, quando foi criada uma organização mundial chamada Instituto Global de Cognitores (GIC), uma instituição sem fins lucrativos e que está sendo financiada por fundos dos 18 institutos fundadores. Taxas de admissão e pagamentos de sócios proporcionarão renda para cobrir os custos para sua devida divulgação e implementação. Espera-se que a operação comece a gerar fluxo de caixa positivo no fim de 2004. Os fundadores do GIC esperam investir, até 2005, cerca de US\$ 565 milhões – até lá, espera-se que o GIC tenha entre seus membros e operadores cerca de 660 mil profissionais.

Jornal do CFC – Quais serão as atribuições do “Cognitor”?

IDM – O “Cognitor” terá de, entre suas principais atribuições, servir de elo de ligação entre as diversas áreas do conhecimento que, antes, estavam separadas. A maioria dos clientes e compradores de assessoramento empresarial não sabiam o que fazer para captar informações relevantes de fontes múltiplas e tratá-las de forma integrada. Faltava uma estratégia de como aplicar esses conhecimentos, para apresentar aos clientes um quadro completo de cada situação comercial. Mas, para isso, o “Cognitor” terá de se atualizar, ganhar e aliar novos conhecimentos e novas experiências que, pretende-se, lhe serão fornecidas por meio de cursos do GIC e pelos organismos em nível nacional que seriam criados para essa finalidade.

Jornal do CFC – Que fatos provocaram a criação do “Cognitor”?

IDM – As constantes e velocíssimas alterações que vêm ocorrendo no mundo. Mudanças aceleradas, revolução na área da informação, globalização, fatores políticos e ambientais e, numa sincera autocrítica, até a eventual falta de talento.

uma vez, o CFC saiu na frente nesta discussão da qualidade do trabalho contábil e da valorização da nossa profissão.

Jornal do CFC – O sr. acha que esta discussão é urgente, que o assunto deve ser discutido e colocado em prática no menor espaço de tempo possível?

IDM – Essa discussão é urgente e importantíssima. Caso contrário, corremos o risco de o economista, por exemplo, assumir este papel e pedir ajuda ao contador. Querem ver um bom exemplo? Nos Estados Unidos, as grandes empresas de contabilidade têm um departamento inteiro de advogados para dar suporte ao trabalho. Advogados trabalhando para contadores. Por isso precisamos com urgência trazer esses novos conceitos para o Brasil.

Jornal do CFC – Como será o trabalho de um “Cognitor”?

CFC CONHECIMENTO CONTÁBIL

Cognitor: surge uma nova profissão ligada à Contabilidade

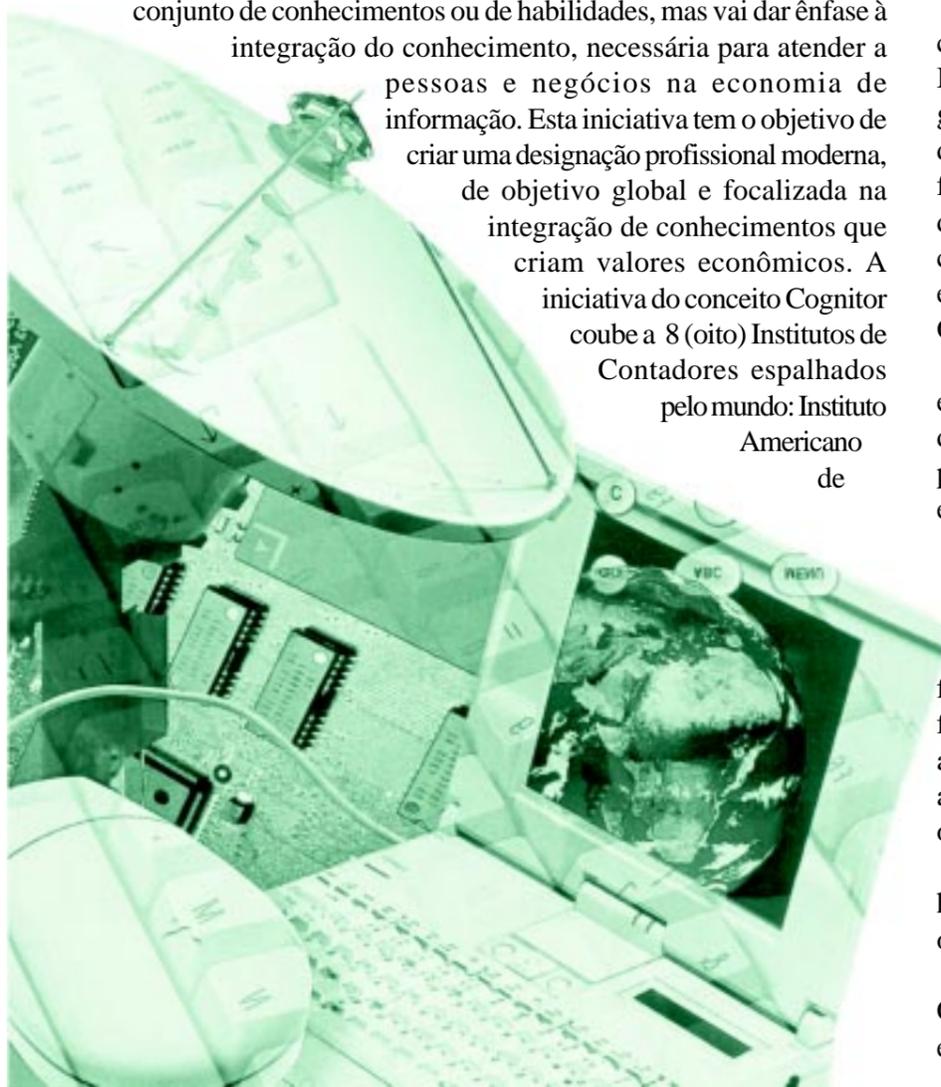
O Brasil está começando a conhecer uma nova profissão ligada ao mundo dos negócios e, mais especificamente, à Contabilidade. Esses novos profissionais, que serão denominados Cognitores, deverão ter a capacidade de proporcionar uma compreensão estratégica dos negócios que venha a complementar os conhecimentos já existentes. Esta nova e diferente profissão não vai simbolizar apenas um

conjunto de conhecimentos ou de habilidades, mas vai dar ênfase à integração do conhecimento, necessária para atender a

pessoas e negócios na economia de informação. Esta iniciativa tem o objetivo de criar uma designação profissional moderna, de objetivo global e focalizada na

integração de conhecimentos que criam valores econômicos. A iniciativa do conceito Cognitor

coube a 8 (oito) Institutos de Contadores espalhados pelo mundo: Instituto Americano de



Peritos Contadores, Instituto Canadense de Revisores Contábeis Juramentados, Instituto de Contadores Juramentados na Austrália, Instituto de Contadores Juramentados na Inglaterra e no País de Gales, Instituto de Contadores Juramentados da Nova Zelândia, Instituto de Contadores Juramentados da Escócia e Instituto Sul-Africano de Contadores Juramentados.

INVESTIMENTO - O trabalho de implementação do conceito Cognitor começou há 18 meses, por meio da criação de uma nova organização mundial: o Instituto Global de Cognitores (GIC), que está desenvolvendo um novo padrão global de ética, normas de admissão, processos de avaliação e uma forte plataforma de ensino imediato. O GIC é uma instituição sem fins lucrativos e está sendo financiada por fundos dos institutos fundadores. Taxas de admissão e pagamentos de sócios proporcionarão renda para cobrir as despesas. Espera-se que a operação comece a gerar fluxo de caixa positivo no fim de 2004. Os fundadores do GIC esperam investir, até 2005, cerca de US\$ 565 milhões – até lá, espera-se que o GIC tenha entre seus membros e operadores cerca de 660 mil profissionais.

O cognitor terá de, entre suas principais atribuições, servir de elo de ligação entre as diversas áreas do conhecimento que, antes, estavam separadas. A maioria dos clientes e compradores de aconselhamento comercial não sabiam o que fazer para captar informações relevantes de fontes múltiplas, integradas. Faltava uma estratégia de como aplicar esses conhecimentos, uni-los, para apresentar aos clientes um quadro completo de cada situação comercial. Mas, para isso, o cognitor terá de se atualizar, periodicamente, ganhar novos conhecimentos e novas experiências, que lhe serão fornecidas por meio de cursos do GIC.

OS DESAFIOS - O principal argumento dos Institutos de Contadores fundadores do GIC para lançar o conceito Cognitor é baseado nas alterações fundamentais no meio ambiente dos negócios, que criaram novos desafios. Mudanças aceleradas, revolução na área da informação, globalização, fatores políticos e ambientais e falta de talento têm provocado tantos dilemas estratégicos como grandes oportunidades para provedores de serviços profissionais e tomadores de decisões.

É este espaço que precisa ser ocupado urgentemente. Pessoas e negócios exigem hoje novas formas de integrar conhecimentos a fim de tratar rápida e eficientemente os desafios que vêm sendo enfrentados.

Se o leitor do **Jornal do CFC** quiser saber mais detalhes sobre o conceito Cognitor, é só consultar a Biblioteca da sede do Conselho Federal de Contabilidade, em Brasília, no Setor de Autarquias Sul, Quadra 5, Bloco J, 3º andar.

CFC ARTIGO

Cognitor, ou a integração de conhecimentos

> José Serafim Abrantes *

Não é à toa que tenho insistido tanto, eu e, tenho certeza, todo o corpo diretor e de conselheiros do CFC, no nosso programa de Educação Continuada. É uma tendência mundial. Sem conhecimentos novos, sem um ensino superior de alta qualidade, com certeza, vamos continuar ocupando os últimos vagões do trem da História.

É com grande alegria que vejo surgir na Europa, na África, na América do Norte, uma nova profissão ligada intrinsecamente à Contabilidade. O conceito Cognitor está chegando ao Brasil pelas mãos de São Paulo, trazendo consigo um fundamento que, para nós do CFC, serve de alento e incentivo às nossas pretensões: a permanente atualização de conhecimentos ligados ao mundo dos negócios. Ou seja, uma Educação Continuada de altíssima qualidade.

Este novo profissional, que doravante será denominado de Cognitor, terá de se ater à nova realidade dos negócios,

explorar o potencial de uma nova autoridade profissional, focalizando o ambiente de negócios atual e futuro. Devemos reconhecer que as regras para negócios de todos os tamanhos estão se modificando drasticamente.

VANTAGENS - Os avanços da tecnologia e da comunicação proporcionam hoje oportunidades para o uso de conhecimentos de uma nova forma e em velocidade sem precedentes. O ritmo do comércio foi acelerado e a capacidade de inovar rapidamente tornou-se um critério essencial para o sucesso. A ligação entre indústrias e profissões tornou-se menos nítida ou, simplesmente, desapareceu. Os valores, agora, devem ser reconhecidos em termos de equidade intelectual e humana, bem como em ativos financeiros e físicos.

As empresas que puderem se beneficiar desse desenvolvimento terão nítidas vantagens competitivas no futuro, variando de pessoal melhor qualificado e informado até uma significativa redução

de custos, melhoria na focalização do cliente e aumento da rapidez de mercado.

Esses são os princípios gerais do conceito Cognitor. Acreditar nesse investimento significa conservar-se à altura dos sistemas avançados de informação e tecnologia de comunicação. O impacto do meio ambiente já está se tornando outro fator essencial em todas as decisões de negócios e, principalmente, na capacidade de realizar negócios. Além disso, a necessidade de saber com antecedência o quanto se deve investir, tanto em capital como na melhoria da eficiência operacional, cada vez mais exige a consolidação da indústria, alianças criativas e *joint-ventures*.

MAIS VALOR - É por isto que neste ambiente conturbado e cada vez mais exigente os líderes em negócios estão lutando para encontrar pessoas que possam proporcionar habilidades funcionais, amplitude de perspectivas e conhecimentos de integração e

informação necessários para a criação de novos valores econômicos.

Existem vários desafios que esses novos profissionais deverão enfrentar, mas o mais importante deles é, sem dúvida, o de criar mais valor. Com o crescimento da sofisticação nos negócios, o retorno econômico das empresas no fornecimento de serviços considerados técnicos ou administrativos teve uma queda. Em alguns casos, clientes decidiram reduzir seus custos realizando esses serviços em casa.

Foi pensando nesse “buraco negro” existente no mercado que o conceito Cognitor foi lançado. O mercado, assim, estará formando profissionais experientes que terão excelente posição para oferecer integração de conhecimentos, solução de problemas complexos e altos níveis de resultados. E tudo isso graças à uma permanente atualização da visão universal não só dos negócios mas do mundo como um todo. Graças à Educação Continuada.

* é presidente do CFC

CFC implanta cursos de pós-graduação no Pará

O CFC assinou convênio no último dia 21 de fevereiro, em Brasília, com a Universidade da Amazônia (UNAMA), mantida pela União de Ensino Superior do Pará (UNESPA), com sede em Belém (PA), para a implantação de cursos de pós-graduação. O convênio faz parte do Programa Nacional de Apoio aos Cursos de Pós-Graduação – Excelência na Contabilidade, implantado pelo CFC em parceria com a FIECAFI (FEA-USP).

Segundo o vice-reitor da UNAMA, Antônio de Carvalho Vaz Vieira, o curso, de mestrado stricto sensu, terá uma turma de 25 alunos e duração de 36 meses, incluindo o nivelamento. Todos os alunos são de Belém – 20 professores e 5 profissionais. “Sem esses cursos não teríamos como

qualificar nossos profissionais. Na verdade, somos esquecidos pelos órgãos oficiais, temos uma carência muito grande na área do magistério. A UNAMA, penhoradamente, agradece ao CFC e à USP por este belo presente de início de milênio”, disse o professor Vaz Vieira ao Jornal do CFC.

QUALIDADE - Para o professor Diogo do Nascimento, da USP, “a firmeza de propósito do CFC com este convênio é o nosso maior incentivo a continuar trabalhando neste sentido. Existe hoje uma necessidade muito grande de formação de novos docentes, devido à baixa qualidade de ensino no país”.

O presidente do CFC, José Serafim Abrantes, afirmou que a prioridade maior da categoria, no momento, é



formar profissionais com novos conhecimentos. “A educação bem orientada, como está sendo feito nesses cursos de pós-graduação, ajuda o homem a desenvolver a sua inteligência, a aplicar melhor os seus recursos intelectuais”.

Com este, já são cinco os convênios firmados entre CFC e FEA-USP. Turmas de 25 alunos já estão trabalhando em Belo Horizonte, Fortaleza, Florianópolis e Cuiabá. Em 2006, 1/3 (um terço) do corpo docente das faculdades e universidades brasileiras terá de ser formado por mestres ou doutores. O prazo foi dado pelo Ministério da Educação e é improrrogável.

EXIGÊNCIAS - Existem hoje, em todo o país, 400 cursos de Ciências

Contábeis, entre aqueles instalados em universidades e faculdades isoladas. Pelo menos 5 professores das diversas áreas da Contabilidade atuam em cada uma dessas instituições de ensino, levando a um contingente de, aproximadamente, 2.000 professores. Os dados mais recentes confirmam a existência de 250 mestres e 60 doutores em salas de aulas.

Para atender à exigência legal do MEC, os cursos de Ciências Contábeis necessitam, com urgência, de mais 2 mil professores mestres ou doutores. O presidente do CFC, José Serafim Abrantes, lembra: “Se não conseguirmos formar este número de mestres e doutores, com certeza as instituições de ensino preencherão o quadro com outras profissões”.



Pesquisa pela internet

O professor Carlos Alberto Serra Negra, coordenador do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (Unileste/MG), e a estudante Elizabete Marinho Serra Negra estão realizando, pela Internet, uma pesquisa sobre a educação continuada do profissional contábil. Entrando na página <http://www.unilestemg.br/pesquisa>, professores, estudantes e profissionais, contábeis ou não, podem participar, respondendo a um questionário de oito perguntas.

A finalidade da pesquisa – explicam os responsáveis – é subsidiar um estudo a ser enviado para a próxima Conferência Interamericana de Contabilidade, programada para novembro de 2001, em Punta del Este, Uruguai. Em casos de dúvidas ou sugestões, entrar em contato com o professor Serra Negra pelo e-mail casene@terra.com.br.

Relação dos presentes à assinatura do convênio

Assinaram o convênio o presidente do CFC, José Serafim Abrantes, o vice-reitor da UNAMA, professor Antônio de Carvalho Vaz Pereira; e o coordenador do Curso de Pós-Graduação em Controladoria da FEA-USP, professor Diogo Toledo do Nascimento. Como testemunhas, assinaram o convênio os contadores José Martônio Alves Coelho e Luzia Guimarães. Presentes à solenidade, realizada no plenário do CFC, a pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão da UNAMA, Núbia Maciel; o diretor do Centro de Estudos Administrativos e Contábeis da UNAMA, professor Ilmar Lopes Soares; o



chefe do Departamento de Ciências Contábeis da UnB, professor César Augusto Tibúrcio Silva; o coordenador do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da UnB, professor Jorge Katsumi Nyiama; o secretário de Planejamento da UnB, professor Eduardo Tadeu Vieira; além de conselheiros e presidentes de Conselhos Regionais.

CFC ADMINISTRAÇÃO**CFC vai participar do Conselho de Gestão Fiscal**

Transparência nas contas públicas, padronização das prestações de contas e eficiência na alocação de recursos são as principais finalidades do Conselho de Gestão Fiscal (CGF), que deverá ser implantado pelo governo até o final deste ano. O projeto de lei do Poder Executivo (nº 3.744/2000), que institui o CGF, já chegou à Câmara dos Deputados para ser discutido e votado. O Conselho, segundo a proposta do Executivo, será um órgão de deliberação coletiva, integrante da administração pública federal, e vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O CGF terá a participação de representantes da União, dos estados, dos municípios e de entidades técnicas representativas da sociedade, entre elas, a do Conselho Federal de Contabilidade. Pelo projeto, o Conselho será composto de 15 membros e respectivos suplentes, assim distribuídos: seis representantes da União, quatro dos estados, dois dos

municípios, um do Conselho Federal de Contabilidade, um do Conselho Federal de Economia e outro do Conselho Federal de Administração. O Conselho terá por finalidade estabelecer as diretrizes gerais para o acompanhamento e a avaliação permanente da política e da operacionalidade da gestão fiscal, harmonizando e coordenando as práticas relativas à gestão fiscal entre todos os órgãos da Federação, disseminando práticas de eficiência na alocação e execução do gasto público, padronização das prestações de contas e transparência da gestão fiscal; editando normas gerais para a consolidação das contas públicas e adotando normas e padrões mais simples para os pequenos municípios.

Atualmente, o projeto está sendo discutido nas comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação. Se for aprovado pela Câmara, o projeto segue para o Senado.

CFC EXAME DE SUFICIÊNCIA**Candidatos para a 1ª prova chegam a 15 mil**

Deve chegar a 15 mil o número de inscritos para o primeiro Exame de Suficiência deste ano, marcado para o dia 25 de março (domingo) em todo o país. O número, segundo os dados enviados pelos Conselhos Regionais até a última semana de fevereiro, é maior que o total de inscritos nos dois exames realizados no ano passado: 12 mil (3 mil no primeiro exame e 9 mil no segundo).

As inscrições foram encerradas no dia 9 de fevereiro.

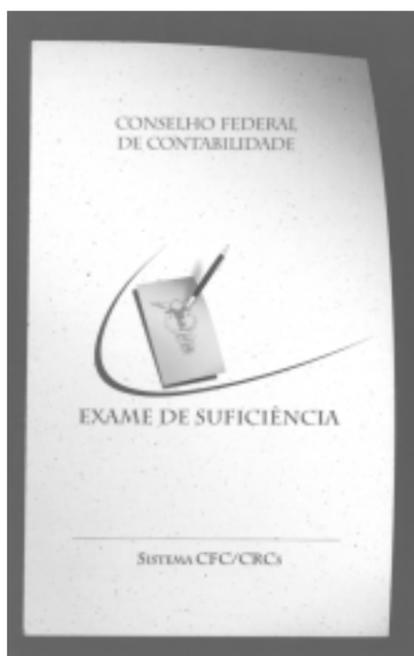
O Exame foi instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade com o objetivo de melhorar a qualidade profissional dos contabilistas. São obrigados a fazer o

teste todos os interessados em exercer, a profissão desde que tenham concluído cursos de Ciências Contábeis ou Técnico em Contabilidade ou queiram mudar de categoria de técnico para contador, reativar registro baixado espontaneamente ou reabilitá-lo após

suspensão punitiva.

Para técnicos, as provas terão questões de Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Noções de Direito Público e Privado, Matemática, Legislação e Ética Profissional, Princípios Fundamentais de Contabilidade, Normas Brasileiras de Contabilidade e Português.

E para bacharéis em Ciências Contábeis: Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Pública, Contabilidade Gerencial, Noções de Direito Público e Privado, Matemática Financeira, Teoria da Contabilidade, Legislação e Ética Profissional, Princípios Fundamentais de Contabilidade, Auditoria Contábil, Perícia Contábil, Português, Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos do país. Em Brasília, o Exame será realizado nas salas da Escola Classe da SQS 305.

**CFC SIGILO BANCÁRIO****Receita Federal preparada para entrar em ação**

A Receita Federal já tem tudo pronto para quebrar o sigilo bancário de contribuintes suspeitos de envolvimento em fraudes fiscais. Embora ainda dependam de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), essas operações, permitidas por lei aprovada pelo Congresso Nacional no final do ano passado, podem ter início já a partir da primeira semana deste mês. Há exatos 30 dias, a Receita concluiu a regulamentação que faltava para poder ter acesso às informações protegidas por sigilo bancário.

A Portaria 180, do Ministério da Fazenda, autorizou a emissão do documento Requisição de Informações sobre Movimentação Financeira (RMF). Também já estão em vigor outras duas leis que completam o arsenal

de caça aos sonegadores: a que autoriza a Receita a cruzar os dados sobre a arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) com as informações do Imposto de Renda; e a que pune a elisão fiscal, que consiste em utilizar as brechas na legislação para reduzir o imposto devido.

Antes mesmo de a Receita dar início às operações, a lei já mostra sinais positivos. Pela primeira vez na história da Receita Federal, o governo arrecadou mais impostos em janeiro do que em dezembro. O aumento na coleta do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de dezembro para janeiro deste ano foi quase 13 vezes maior que o aumento da arrecadação em geral: 19,63% contra 1,54%. A arrecadação total de janeiro foi de R\$ 17,4 bilhões.

CFC MERCADO**Projeção do PIB 2001 aumenta para 4,10%**

A expectativa média das instituições financeiras para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano cresceu de 4,05% para 4,10% da semana retrasada para a última. A informação foi divulgada pelo Banco Central com base em pesquisa semanal realizada com o mercado financeiro.

Com relação ao Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), que é o índice utilizado pelo governo no sistema de metas de inflação, a expectativa para 2001 permaneceu estável em 4,2% da semana passada para a anterior. No ano passado, a inflação medida pelo IPCA ficou em 5,97%, ou seja, abaixo da meta central de inflação de 6%. Para este ano, a meta central de inflação é de 4% com um

intervalo de tolerância de dois pontos percentuais para cima e para baixo. A projeção do governo federal é que o IPCA feche 2001 em 3,9%.

Com relação a 2002, a expectativa média do mercado para o IPCA permaneceu em 3,7%. A meta central de inflação para o ano que vem é de 3,5% com igual intervalo de tolerância deste ano (dois pontos percentuais).

A projeção média dos bancos para o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M), para o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe e para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e para o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI) para 2001 permaneceu inalterada, respectivamente, em 5%, 4% e 4,06% e 5%.

CFC ALCA**Brasil pede qualidade nas negociações**

O chanceler brasileiro Celso Lafer pediu no início deste mês, em Nova York, que se priorize "a qualidade" das negociações em torno da criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e "não os prazos". "O tema das datas (fixadas para o início da ALCA) não é importante, o que importa é o conteúdo das negociações", reiterou o ministro de Relações Exteriores brasileiro.

Lafer afirmou que, apesar do problema comercial com o Canadá, que havia decretado um embargo à carne bovina brasileira, o Brasil estará presente na III Reunião de Cúpula das Américas, que será realizada em Quebec

(leste do Canadá), no final de abril. "O problema com o Canadá é bilateral", afirmou Lafer, observando que, na opinião dos brasileiros, essa disputa é marcada claramente pela "disputa entre Embraer e Bombardier", as duas empresas de aviação.

No entanto, a reunião de Quebec é "multilateral", e o "Brasil cumprirá seus compromissos com o hemisfério", acrescentou o chanceler. A consolidação da ALCA no ano de 2005 – acordada em Santiago, durante a segunda Reunião de Cúpula das Américas – estará no primeiro ponto da agenda do encontro de Quebec, onde se prevê que o Brasil vai priorizar o Mercosul.

CFC DESBUROCRATIZAÇÃO**Governo quer mais respeito ao cidadão**

O Governo Federal volta a investir pesado contra o excesso de papel na administração pública. O Programa Nacional de Desburocratização quer tornar mais ágil e eficiente o atendimento ao cidadão. Só para lembrar, a luta contra a burocracia é uma idéia do ex-ministro Hélio Beltrão e o programa, que agora o governo retoma com força total, foi criado pelo Decreto número 83.740, de 18 de julho de 1979. Até 1984, as conquistas foram muitas e a população se viu livre de exigências como: atestados de vida, de pobreza, de residência e de idoneidade moral. Outro avanço desse período foi a criação dos Juizados Especiais de Pequenas Causas.

Vinte anos se passaram e uma série de medidas do poder público acabaram anulando avanços obtidos. O Programa Nacional de Desburocratização foi reativado pelo Ministério do Planejamento e é um dos 365 programas do Plano Plurianual 2000/2003, o popular Avança Brasil. Na linha de frente da luta contra o excesso de papel está Elisa Martins, ex-diretora e fundadora do Procon do Distrito Federal. O desafio é garantir respeito e credibilidade ao cidadão já que, em muitos casos, a administração pública dá maior importância aos papéis do que aos fatos.

SIMPLIFICAÇÃO - Os princípios básicos do programa incluem, entre outros pontos: reduzir a interferência do governo na vida do cidadão e das

empresas, diminuir o tempo gasto no atendimento às solicitações, simplificar o trabalho administrativo e reduzir gastos. O programa também prevê a valorização do servidor e o envolvimento dele como agente da desburocratização.

A população também pode participar, mandando sugestões pelo endereço eletrônico **d@planejamento.gov.br** ou escrevendo para "Desburocratização, em defesa do cidadão", Esplanada dos Ministérios, bloco K, 4º andar, cep:70040-900, Brasília – DF.

**CFC CPI DA NIKE****CFC participa das investigações**

Além de participar da Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara Federal e de outras comissões que discutem assuntos relativos à Contabilidade, o CFC está presente também nas Comissões Parlamentares de Inquérito, ajudando nas investigações feitas pelos parlamentares.

No início de fevereiro, a CPI da Nike, que investiga os contratos feitos pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), dirigentes de clubes, técnicos e jogadores com a Nike e outras empresas multinacionais especializadas em esporte, fez um pedido ao CFC para que indicasse um representante da entidade para ajudar nessas investigações.

O presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, indicou o vice-



presidente de Controle Interno do CFC, contador Daniel Salgueiro da Silva.

O vice-presidente do CFC está dando assessoria aos deputados nas questões contábeis relativas aos contratos da CBF. Daniel Salgueiro da Silva também está fazendo a conversão dos valores contratados com as empresas multinacionais em moeda estrangeira.

CFC RBC**Política e quebra do sigilo bancário**

A edição de março/abril da Revista Brasileira de Contabilidade traz uma entrevista com o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Rubens Approbato Machado.

Ele mostra o caminho político a ser seguido pela OAB em 2001, fala sobre o trabalho realizado até agora pelo governo para diminuir a corrupção e dá a sua opinião sobre a quebra do sigilo bancário.

Este assunto, por sinal, é o tema da reportagem da RBC.

Contadores, auditores e autoridades do governo explicam suas posições contra e a favor da implantação das leis que permitem a quebra do sigilo bancário.

O presidente do CFC, José Serafim Abrantes, mostra na reportagem por que apóia a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional. Segundo ele, tais medidas devem ser temporárias,

nunca permanentes.

O presidente nacional da OAB, Rubens Approbato Machado, é contra a lei, porque acha que este precedente, se for aprovado pelo STF, pode provocar outras rupturas dos



direitos do cidadão.

A RBC também ouviu o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e publica também uma lista de motivos que podem levar à quebra de sigilo.

Governo aprimora mecanismos de auditoria e fiscalização

> Marcos G. Nobrega *

Em meio a diversas denúncias de malversação de recursos públicos, uma importante medida por parte do Governo Federal tem passado despercebida pelos meios de comunicação e pela sociedade civil. Trata-se do decreto 3591, emitido pela Presidência da República em 6 de setembro de 2000, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, responsável no âmbito da própria Administração Federal pelos instrumentos de auditoria e fiscalização das atividades governamentais.

É a máquina administrativa criando ou aprimorando seus próprios mecanismos de controle que, em última análise, irão zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e o combate à corrupção. Um dos aspectos auspiciosos dessa nova legislação é o fato de que, desde setembro, todas as entidades da Administração Pública Federal Indireta, bem como os Serviços Sociais Autônomos, devem implantar em suas estruturas organizacionais um órgão de Auditoria Interna, dotado de recursos humanos e materiais capazes de possibilitar a realização de trabalhos em base eminentemente técnica.

Ora, há muito se sabe que um dos grandes problemas das Administrações Públicas, seja na esfera federal, estadual ou municipal, é a forma como são gerenciados os recursos, aliado à fragilidade dos sistemas de controle – muitas vezes debilitados de forma intencional por maus administradores – que propicia a corrupção e dificulta quaisquer processos de identificação ou apuração de irregularidades.

PERDAS - A corrupção não é um privilégio da Administração Pública. Pesquisas recentes indicam que as empresas brasileiras perdem aproximadamente US\$ 35 bilhões por ano, desviados por seus próprios executivos e funcionários, segundo o Instituto Brasileiro de Prevenção a Fraude (IBPF). Outros estudos demonstram que cerca de 70% dos casos de fraudes se devem a deficiências dos controles internos das Organizações.

Contudo, inegavelmente, os sistemas de controle interno e de auditoria, bem como os processos de imputação de responsabilidade e punição no setor público são, em geral, inquestionavelmente inferiores aos utilizados no setor privado. E é aí que entra o decreto 3591. Ao

estimular a melhoria dos controles internos e da auditoria na Administração Federal, o Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria Federal de Controle Interno, procura aprimorar o acompanhamento da gestão da coisa pública, de modo a maximizar a contraprestação do Estado, na forma de produtos, atividades, obras e serviços de interesse da coletividade, aos valores arrecadados da sociedade.



CRITÉRIOS - A grande expectativa fica por conta da regulamentação dessa legislação, esperada para o primeiro trimestre de 2001. Se não forem fixados critérios para ocupação dos cargos nessas Auditorias Internas, corre-se o risco de o decreto 3591 converter-se em “letra morta”.

De igual forma, se não forem criadas salvaguardas que minimizem a possibilidade das Auditorias Internas serem conduzidas por pessoas sem qualquer qualificação para realizar auditorias dentro de padrões técnicos, ou que os cargos que compõem a estrutura dos órgãos sejam ocupadas mediante indicações meramente políticas, estar-se-ia incrementando as despesas de pessoal das entidades

governamentais sem efetivamente agregar valor à Administração Pública. Significaria deixar essas Auditorias Internas a sua própria sorte, na dependência do grau de seriedade de cada político, administrador ou governante.

A experiência de 20 anos como auditor e consultor de diversas entidades públicas e municípios, permitiu-me constatar que, por vezes, as nomeações dos titulares dos órgãos de controle são feitas na

para justificar a abertura de brechas à improvisação nas estruturas organizacionais dos órgãos de controle, por meio do ajuntamento de gente desprovida de formação, características pessoais e vocação para a função. Os resultados dessas “manobras” são órgãos inoperantes, enquanto obras superfaturadas e outras transações lesivas ao interesse público continuam sangrando milhares de reais dos cofres públicos.

Não há dúvidas de que a contribuição de uma Auditoria Interna conduzida por um especialista, composta por equipe profissional bem treinada, adequadamente orientada e dimensionada, supera em muito o valor aplicado em seu custeio. Os exemplos são muitos, em empresas e entidades privadas ou mesmo em algumas estatais, sendo que estas últimas já contavam com estrutura de auditoria em função de regulamentação própria.

Para os administradores públicos verdadeiramente comprometidos com a ética, transparência, eficácia e resultados, o referido decreto constitui-se num estímulo a mais, pois possibilita que as entidades para as quais atuam disponham de um órgão de assessoramento permanente, que pode contribuir para a identificação dos riscos, a redução de custos, a melhoria da qualidade dos serviços, a racionalização dos processos e fluxos operacionais, o aprimoramento dos sistemas de informação, a preservação e otimização dos ativos da Organização e a correta aplicação dos recursos. Desse grupo de gestores espera-se uma rápida resposta, mediante a implantação de Auditorias Internas em bases profissionais.

PASSAR A LIMPO - Para as entidades que já dispõem de órgão de Auditoria, espera-se que a regulamentação do decreto seja caracterizada pelo equilíbrio, de modo que destas não seja requerida a realização de atividades meramente burocráticas que pouco valor agregam às Organizações, que possam vir a desviar o foco nos negócios ou mesmo que extrapolem a própria finalidade institucional da auditoria interna. A oportunidade de se “passar a limpo” as estruturas de controle interno do Poder Executivo Federal é ímpar. A importância do momento e a relevância do assunto não concedem espaços para erros.

**é professor universitário, ex-presidente da Regional Rio de Janeiro do Instituto dos Auditores Internos do Brasil e executivo de empresa de grande porte do ramo de energia, onde atua na área de Controle.*

Fiscalização realiza seminário participativo com os Conselhos Regionais

Seminário de Fiscalização realizado nos dias 6 e 7 deste mês na sede do CFC, em Brasília, ouviu os Conselhos Regionais sobre os principais problemas da profissão relativos à fiscalização e colheu as sugestões apresentadas, que serão editadas e depois distribuídas a todo o Sistema CFC/CRCs. “Foi um seminário participativo”, afirmou o presidente do CFC, José Serafim Abrantes.

O seminário reuniu todos os presidentes dos Conselhos Regionais, os vice-presidentes da área de fiscalização e os chefes de fiscalização. No primeiro dia do encontro, os participantes assistiram a palestras que tiveram como principal objetivo despertar a consciência da classe contábil a respeito do papel de cada um dos integrantes do Sistema no processo de fiscalização, que deve ser considerado como uma das principais atividades de valorização da profissão.

PALESTRAS - O contador, conselheiro e vice-presidente Técnico do CFC, Olivio Koliver, falou sobre a Ética na Fiscalização do Exercício Profissional. O conselheiro e coordenador da Câmara de Ética do CFC, Mauro Manoel Nóbrega, fez palestra sobre Análise Processual, Emissão de Pareceres e Julgamento – Finalização. O vice-presidente de Registro e Fiscalização, Alcedino Gomes Barbosa, falou sobre a Resolução CFC nº 890/00, Parâmetros Nacionais de Fiscalização e Aspectos Operacionais. E, por fim, o professor Oswaldo Della Giustina fez palestra sobre A Função do Contabilista na Revolução do Terceiro Milênio: Humanizar a Sociedade.

SUGESTÕES - Na manhã do dia 7, divididos por regiões, presidentes e chefes de fiscalização do Sistema CFC/CRCs reuniram-se em grupos para discutir os principais problemas encontrados em seus Conselhos Regionais para cumprir as metas de fiscalização. Eles também apresentaram sugestões, que foram debatidas em plenário, logo após a reunião dos grupos.

O presidente do CFC, na abertura do seminário, disse aos presentes que no “dia-a-dia da fiscalização esbarramos com uma série de pequenas dificuldades. Dificuldades elementares, diríamos até que injustificáveis; no mais das vezes podem se parecer mais com justificativas do que com verdadeiras dificuldades”.

A fiscalização, segundo o presidente do CFC, poderia ser traduzida nos seguintes termos: “É uma atividade feita por um profissional que tem de ‘vigiar’ o outro profissional; é uma atividade dirigida a quem não a deseja; é uma atividade, no mínimo, ‘antipática’...Entretanto, a fiscalização está entre as principais razões de existir dos CRCs. O presidente do Conselho, quando é eleito, sabe disso; o vice-presidente de Fiscalização, quando assume o cargo, sabe disso; o chefe de Fiscalização não ignora qual seja a sua principal atribuição; e o fiscal, quando é contratado, sabe o que precisa fazer”.



Presidente do CFC José Serafim Abrantes, discursa na abertura do Seminário de Fiscalização, ladeado pelos conselheiros Alcedino Gomes Barbosa e Olivio Koliver.

Dados estatísticos da Fiscalização 2000 Média de diligência/dia/fiscal

CRC	n.º de fiscais	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
AC	1	0,00	9,38	3,33	6,00	6,10	5,86	9,67	9,71	8,29	5,86	4,67	8,43	6,44
AL	3	3,24	2,57	2,78	5,79	2,62	2,79	2,50	2,57	2,57	4,62	5,05	2,06	3,26
AM	4	1,19	2,89	2,78	4,12	5,61	5,92	2,57	0,00	2,54	0,19	3,93	2,05	2,81
AP	2	0,48	1,05	0,55	1,19	2,52	2,86	5,38	2,67	7,26	6,88	5,71	0,00	3,05
BA	7	1,72	4,09	4,80	1,38	3,20	3,68	11,04	13,62	6,26	3,48	2,63	0,88	4,73
CE	5	2,65	2,82	4,05	3,51	5,28	4,03	4,40	4,18	4,77	5,81	2,99	1,64	3,84
DF	5	1,69	2,92	3,68	2,77	3,65	3,85	2,95	2,65	2,87	1,90	1,35	1,14	2,62
ES	4	0,64	2,76	3,10	2,11	2,98	4,12	2,43	6,90	5,03	6,00	3,33	3,02	3,53
GO	4	2,15	3,29	2,19	4,54	5,20	6,49	4,81	6,42	4,31	1,42	3,18	2,52	3,88
MA	4	2,80	2,88	2,80	3,54	3,19	3,46	3,33	3,06	2,50	2,24	2,68	2,68	2,93
MG	14	6,40	6,40	8,11	4,04	7,03	5,76	2,99	5,88	4,23	4,53	4,57	5,49	5,45
MS	5	2,24	2,87	2,86	2,38	2,80	2,86	3,04	3,66	2,90	2,13	3,30	2,70	2,81
MT	2	1,31	1,60	2,98	2,40	2,02	2,26	3,02	3,14	2,98	3,32	4,51	7,11	3,05
PA	3	0,48	2,69	2,56	2,60	3,11	3,14	0,00	3,00	3,14	3,03	3,06	3,10	2,49
PB	3	2,68	2,69	3,62	2,55	4,76	1,90	2,26	4,79	1,90	6,58	3,68	0,00	3,12
PE	4	2,60	3,57	2,83	6,08	4,10	3,02	2,29	3,10	3,80	3,69	3,61	2,93	3,47
PI	4	2,81	0,00	2,60	2,95	3,69	4,42	3,49	3,48	3,46	2,55	1,96	1,07	2,71
PR	11	3,35	5,30	6,14	5,12	7,93	6,41	4,80	4,84	2,98	3,72	3,27	2,73	4,72
RJ	16	7,61	7,02	4,14	4,98	5,51	5,86	2,02	5,23	5,03	4,91	5,12	5,33	5,23
RN	5	2,77	4,10	0,72	2,87	5,50	7,32	2,79	4,76	2,70	2,78	1,02	1,67	3,25
RO	5	2,98	3,48	2,62	2,77	2,86	2,83	4,00	4,13	2,96	3,03	3,63	2,80	3,17
RR	1	0,00	2,81	3,76	2,48	2,52	5,52	0,90	2,24	2,38	0,00	0,19	0,00	1,90
RS	15	3,54	3,48	4,94	5,10	4,49	4,39	4,96	9,65	6,39	4,98	4,72	4,15	5,07
SC	6	0,23	3,33	4,15	4,17	4,09	4,25	4,34	4,97	3,86	4,34	3,40	3,38	3,71
SE	5	2,86	3,26	2,60	3,14	2,83	2,87	2,93	3,10	3,76	3,11	3,66	2,95	3,09
SP	52	2,36	2,25	3,82	3,46	4,47	4,26	4,47	3,99	1,84	2,56	2,82	1,70	3,17
TO	2	3,81	2,07	3,86	4,33	4,21	4,10	0,00	3,31	2,90	4,40	4,55	4,88	3,54

CFC PRÊMIO**Reunião da Comissão de Ética da AIC**

A Comissão de Ética da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) se reuniu no último dia 2 de fevereiro. O representante brasileiro, indicado pelo CFC, foi o Contador Irineu Thomé. No encontro, o presidente da AIC, Contador Antonio Carlos Nasi, informou que os trabalhos nacionais que forem aprovados pelas comissões técnicas da AIC estarão automaticamente concorrendo ao prêmio "Roberto Casas Alatríste".

A AIC está preparando um modelo único de ficha de avaliação dos trabalhos nacionais, que será utilizada pelas comissões técnicas. Um rascunho das conclusões de cada trabalho será preparado pelas comissões para facilitar a redação na conclusão das apresentações. Como os profissionais interessados em desenvolver

individualmente um tema podem encontrar dificuldades, ficou definido que as entidades que representam os profissionais de contabilidade em seus países serão incentivadas a colaborar com os interessados na apresentação dos temas. O prazo para apresentação dos trabalhos nacionais termina no dia 30 de abril.

Sobre a Conferência Interamericana de Contabilidade, o presidente informou que serão realizadas palestras especiais dentro de cada grupo de discussão, depois do encerramento das apresentações de trabalhos e do painel final. Ficou decidido que o México vai desenvolver o tema "Educação Continuada", já o Brasil vai discorrer sobre "Registro do Contador Público". O prazo para entrega dos trabalhos interamericanos vai até 30 de maio.

CFC CONVENIÊNCIA**BB vai abrir 100 franquias de lojas em 2001**

Qualquer pessoa com boa vontade e dinheiro no bolso poderá ter uma franquia de produtos do Banco do Brasil. Segundo o coordenador do projeto de franquia do BB, César Bergo, a licitação para escolha dos 100 franqueados será aberta em abril. "As franquias vão vender produtos do Banco do Brasil. O franqueado não precisa ser vendedor. Tem de ser um bom gerente e ter disposição para trabalhar", disse.

O projeto de franquias faz parte do plano de crescimento do BB, que para alcançar suas metas está atacando em duas frentes. De um lado, o banco está fortalecendo parcerias com grandes redes de varejo, como os grupos Sendas e Pão de Açúcar, que passarão a receber contas de água, luz, telefone e títulos de cobrança.

Do outro lado, por meio das franquias,

o BB quer fechar parcerias com pessoas físicas. "Os bancos podem crescer de dois jeitos. Ou comprando outros bancos, o que o BB não pode fazer. Ou fechando parcerias e ampliando a rede de atendimento. É isso que vamos fazer", afirmou Bergo.

Para ter uma franquia do BB, o interessado terá de fazer um investimento de R\$ 60 mil. Nesse valor estão incluídas as taxas de franquia, reforma da loja, equipamentos e capital de giro.

O investimento poderá ser financiado pelo franqueado no próprio banco, que poderá utilizar as linhas de crédito do Proger, Brasil Empreendedor ou BB Franquia. Pelos cálculos de Bergo, o franqueado terá uma remuneração média mensal de R\$ 6.000. O retorno do investimento, segundo ele, será compensado num prazo de 30 a 36 meses.

CFC CONDOMÍNIOS**Justiça decide sobre cobrança de multas**

O juiz da 7ª Vara da Justiça Federal, Novelty Vilanova da Silva Reis, acatou ação do Ministério Público Federal contra o Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal. A ação civil pública questionava a cobrança de multas, pelo CRCDF, dos condomínios que não apresentavam o nome do contabilista responsável pela escrita contábil.

O regional baseava a penalidade no Decreto-lei número 9.295/46 que regulamenta a profissão de contabilista. Segundo essa medida, todo e qualquer

trabalho de natureza contábil só pode ser executado por contabilista devidamente registrado em CRC. O Ministério Público Federal contestou as multas alegando que os condomínios não prestam serviço contábil, mas apenas elaboram balancetes para demonstrar as suas receitas e despesas ou patrimônio.

O Juiz Novelty Vilanova da Silva Reis considerou correta a interpretação do Ministério Público Federal e determinou a anulação das multas bem como da inscrição na dívida ativa feita por esse motivo.

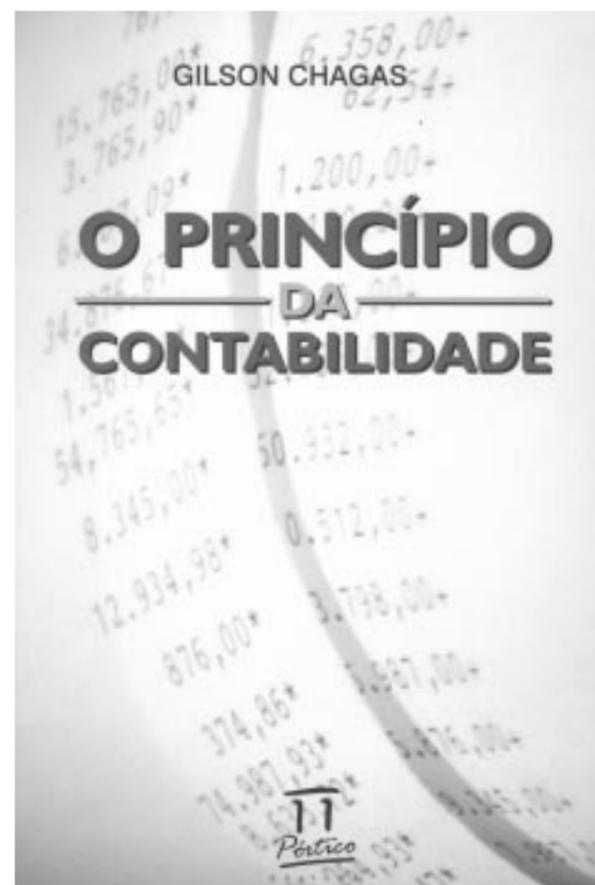
CFC LIVRO**Estudo de Contabilidade Geral e Comercial**

O contador e professor de Ciências Contábeis do Centro Universitário Luterano de Palmas - TO, Gilson Chagas, está lançando a terceira edição do seu livro "O Princípio da Contabilidade".

O livro está sendo lançado pela editora Pórtico, de Brasília - DF, com prefácio do contador Daniel Salgueiro da Silva, vice-presidente de Controle Interno do CFC.

O livro discute o mecanismo do débito e do crédito e expõe e exercita a técnica da escrituração. Apresenta também um capítulo sobre as empresas comerciais, seus conceitos e formas jurídicas.

GLOSSÁRIO - O livro do professor Gilson Chagas apresenta e discute as operações com mercadorias, incluindo exercícios propostos e resolvidos em sala de aula.



Oferece também um glossário contábil, detalhando mais de uma centena de verbetes.

Palestra na Plenária

O deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP) foi o convidado do mês de fevereiro para fazer palestra na Reunião Plenária do CFC. O deputado falou sobre temas de interesse dos contabilistas que tramitam na Câmara Federal.

Programa de Visitas

O presidente do Sindicato dos Contabilistas de Araraquara e Região - SP, Paulo Paschigo, participou da Reunião Plenária de fevereiro, realizada na sede do CFC, em Brasília. O contabilista conheceu de perto o trabalho dos funcionários do Conselho.